

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Famílias do Sudoeste veem georreferenciamento chegar a 4 assentamentos de Marmeleiro com emenda de Zeca Dirceu

06/08/2026



Foto: Leandro Taques

Para quem cultiva a terra há 20, 30 ou quase 40 anos, o pedaço de chão onde planta, colhe e cria os filhos significa o esforço de uma vida inteira. Mas, sem o documento que comprove que a terra é sua, esse chão vira um campo de incertezas: não pode ser passado para os filhos com segurança, não dá direito a crédito rural, não permite investir com tranquilidade.

É essa realidade que começa a mudar em Marmeleiro, no Sudoeste do Paraná. Com uma emenda parlamentar de R\$ 2 milhões destinada ao Incra pelo deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR), o georreferenciamento já está em campo em quatro assentamentos da cidade — São Jorge,

Fazenda Perseverança, Anjo da Guarda e Eduardo Raduan — e em outros 20 distribuídos por 15 municípios paranaenses.

Ao todo, são 2,5 mil famílias paranaenses que terão suas terras medidas com precisão por GPS e drones, num processo que acelera a entrega do título definitivo de propriedade.

Uma dívida de três décadas com a Fazenda Perseverança

O Assentamento Fazenda Perseverança foi o primeiro projeto de reforma agrária criado pelo Incra em Marmeleiro, em 1988. Mas a luta começou antes, em 1985, quando trabalhadores rurais Sem Terra organizados com apoio de sindicato, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Assesoar ocuparam a área que, um ano depois, seria desapropriada por decreto federal.

Quase quatro décadas depois, aquelas famílias – e as que vieram depois – ainda aguardavam a regularização definitiva de seus lotes. “É uma espera que atravessa gerações”, resume Zeca Dirceu.

E georreferenciamento, explica o superintendente regional do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, não é uma ação isolada. “Nosso objetivo é que, ao final do georreferenciamento, já estejamos prontos para iniciar o processo de titulação. Durante o trabalho de campo, vamos avançar também na regularização dos lotes, atualização cadastral e questões ambientais”.

Na prática, isso significa reduzir o tempo entre o mapeamento das áreas e a entrega definitiva dos títulos, uma das principais demandas de assentados em todo o país.

Anjo da Guarda e São Jorge: o avanço da regularização

No Assentamento Anjo da Guarda, criado em outubro de 1997 para atender inicialmente cerca de 19 a 23 famílias em 358 hectares, o trabalho de georreferenciamento chega depois de um passo importante. Em outubro de 2022, dezenas de famílias receberam os Contratos de Concessão de Uso (CCU) emitidos pelo Incra. Agora, o georreferenciamento pavimenta o caminho para o título definitivo.

Já no Projeto de Assentamento São Jorge, as etapas de regularização vêm sendo executadas de forma integrada: liberação de posse, entrega de CCUs e mutirões de supervisão ocupacional em parceria com órgãos federais.

Em ambos os casos, o georreferenciamento é o elo que faltava para transformar a posse em propriedade de fato e de direito.

Eduardo Raduan: 404 lotes aguardam a certidão

O Assentamento Eduardo Raduan, criado em 15 de dezembro de 1998, é um dos maiores da região. Somente ali, estima-se o atendimento de beneficiários e ocupantes de 404 lotes. O assentamento já está consolidado como projeto de reforma agrária, mas ainda depende do georreferenciamento para avançar na titulação definitiva.

Em outubro de 2025, a Prefeitura de Marmeleiro comunicou oficialmente o início dos trabalhos no Eduardo Raduan. Equipes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Incra passaram a visitar cada lote para coleta de dados, mapeamento e conferência de documentos.

A ação não é apenas técnica, é também um mutirão de cidadania. Em junho de 2023, mais de 500 moradores dos assentamentos de Marmeleiro participaram de uma reunião geral entre Incra, UFPR e comunidades. Na ocasião, foram realizadas triagem de casos, coleta de informações, atualização cadastral e correções de bloqueios nos sistemas do Incra.

O que muda com o título da terra

Para as famílias assentadas, o título definitivo é uma chave que abre portas. Com o documento em mãos, o agricultor pode acessar crédito rural, financiamentos do Pronaf, linhas do Plano Safra e outros programas do governo federal. Pode investir em infraestrutura, comprar máquinas, agregar valor à produção. Pode, finalmente, deixar a terra para os filhos com a segurança de que ela é, de fato, deles.

“A titulação do terreno vai possibilitar o acesso a todo tipo de financiamento”, afirmou Zeca Dirceu. “Em muitos casos só falta o georreferenciamento para poder concluir a titulação. Como o Incra não tinha orçamento, encaminhei uma emenda individual de R\$ 2 milhões para este tipo de serviço”, destacou.

A fala encontra eco na prática: o deputado já destinou, somente em 2025, mais de R\$ 19 milhões em investimentos voltados à agricultura paranaense, incluindo obras de pavimentação de estradas vicinais, aquisição de tratores, motoniveladoras e caminhões para associações e prefeituras.

Em Marmeleiro, por exemplo, a Associação de Produtores da Comunidade de Santa Terezinha, localizada no Assentamento Eduardo Raduan, já recebeu um trator fruto de emenda articulada pelo deputado.

Para Zeca Dirceu, os investimentos atendem a reivindicações construídas pelas próprias comunidades assentadas e pelas organizações da reforma agrária.

“Esse é um tipo de investimento que não chegaria ao Paraná se não fosse a luta de vocês e das organizações. A reforma agrária é justiça social, mas também é desenvolvimento econômico”, concluiu.